

RELATÓRIO E CONTAS 18



mse

CORRETORES
E CONSULTORES
DE SEGUROS

Seguramos Consigo

RELATÓRIO E CONTAS

18

Pág. Índice

05	1. Introdução
06	2. Enquadramento económico
14	3. Análise da Atividade e da Posição Financeira
17	4. Proposta de Aplicação de Resultados
18	5. Expetativas Futuras
	5.1 Cenário macroeconómico
	5.2 Cenário interno
	5.3 Evolução previsível da sociedade mse exercício 2018
26	6. Outras Informações
27	7. Considerações Finais
	NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
29	1. Identificação da entidade
	1.1 Dados de identificação
	2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras
	2.1 Referencial contabilístico utilizado
30	3. Principais políticas contabilísticas
	3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras
32	4. Fluxos de caixa
	4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários
	5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros
	5.1 Resumo dos efeitos das alterações de políticas e estimativas contabilísticas bem como da deteção de erros nos períodos anterior, corrente e futuros.
	6. Partes relacionadas
	6.1 Identificação das partes relacionadas
33	7. Ativos intangíveis
	7.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis
	7.1.1 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período.
	8. Ativos fixos tangíveis
	8.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis
	8.1.1 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período.
34	9. Locações
	9.1 Locações financeiras - locatários
	9.2 Resumo das locações de acordo com o quadro seguinte, e outras informações
35	10. Impostos e contribuições
	10.1 Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de imposto sobre o rendimento
	10.2 Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

- 36 **11. Instrumentos financeiros**
 - 11.1 Categorias de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:
 - 11.2 Quantias e descrição de outros instrumentos de capital próprio emitidos e a respetiva quantia acumulada à data do balanço.
- 37 **12. Divulgações exigidas por diplomas legais**
 - 12.1 Pessoal ao Serviço da Empresa e Horas Trabalhadas
 - 12.2 Informação por atividade económica
 - 12.3 Outras Contas a Receber
 - 12.4 Outras Contas a Pagar
 - 12.5 Outros Gastos e Perdas
 - 12.6 Fornecimentos e Serviços Externos
 - 12.7 Benefícios dos Empregados e Encargos da Entidade
- 40 **13. Divulgações adicionais para as entidades de interesse público**
 - 13.1 Honorários totais faturados durante o período por cada revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas
 - 13.2 Impostos em Mora
 - 13.3 Proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2018
- 41 **14. Prestação do Serviço de Mediação de Seguros ou de Resseguros para efeitos do artigo 4º da Norma Regulamentar nº 15/2009-R, de 30 de dezembro**
 - 14.1 Prestação de Serviços de Mediação de Seguros ou de Resseguros para efeitos do artigo 4º da Norma Regulamentar nº 15/2009-R de 30 de Dez.
- 44 **Balanço (modelo normal) em 31/12/2018**
- 45 **Demonstração dos resultados por Natureza (modelo normal) em 31/12/2018**
Demonstração dos Fluxos de Caixa do período findo em 31/12/2018
- 46 **Demonstração das alterações no Capital Próprio do período findo em 31/12/2018**
- 47 **Certificação Legal das Contas**
- 50 **Relatório e parecer do Fiscal Único**

(Decreto-Lei 144/2006, de 31 de Julho e Norma Regulamentar n.º 17/2006-R do Instituto de Seguros de Portugal). Corretor de seguros desde 27 de Janeiro de 2007 sob o número 607223921/3, verificável em www.isp.pt. O mediador de seguros não assume a cobertura de riscos. A MSE – Corretores e Consultores de Seguros, SA, NIPC 501 158 200, tem a sua sede social na Av. Conde Valbom, 1A, 1050-120 LISBOA, telf.: +351 210 998 406 e com o capital social de €50.000,00.

1. Introdução

A mse - corretores e consultores de seguros, s.a., com sede social em Avenida Conde Valbom, N° 1 A, com um capital social de 230.000,00 €, tem como atividade principal Outras atividades auxiliares de seguros e fundos de pensões. O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2018.

O presente relatório é elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da mse - corretores e consultores de seguros, s.a., procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2. Enquadramento Económico

Após uma aceleração da atividade mundial em 2017 e de acordo com a generalidade dos analistas, durante 2018 continuou a registar-se uma expansão sólida da economia mundial apesar de se notar um certo nível de abrandamento. Devido essencialmente ao aumento dos custos comerciais e ao desfavorecimento das condições financeiras em algumas partes do mundo, o declínio do crescimento económico em muitas das grandes economias antecipou-se ao que era previsto.

Desde a última crise económica, várias medidas conseguiram melhorar a estabilidade financeira, tanto a nível global como ao nível de cada país, mas o trabalho permanece incompleto em muitos aspetos. Devido à materialização de alguns riscos, como o aumento do protecionismo comercial, e também de uma perspetiva económica mais fraca em algumas das principais economias emergentes, registou-se uma maior disparidade nas taxas de crescimento entre os diferentes países.

Num contexto de elevada incerteza política, uma intensificação das tensões comerciais pode abalar os sentimentos dos mercados comerciais e financeiros, bem como estimular a sua volatilidade, diminuindo o investimento e o comércio. No mesmo sentido, um aumento das barreiras comerciais trará necessariamente ruturas nas cadeias de fornecimento globais, que se tornaram uma parte integrante do processo produtivo nas últimas décadas, bem como atrasar a expansão de novas tecnologias, levando à redução da produtividade e bem-estar globais.

Ainda assim, as condições dos mercados financeiros e de trabalho continuaram favoráveis, bem como os elevados níveis de confiança dos agentes económicos das principais economias avançadas.

2.1

..... a nível internacional e europeu

Ao longo do primeiro semestre de 2018, o crescimento do PIB mundial manteve-se robusto, mas notou-se alguma disparidade na evolução da atividade entre as diversas economias, tendo-se verificado um abrandamento do crescimento na área do euro, no Reino Unido e no Japão, e o oposto nos Estados Unidos. Segundo dados do Banco de Portugal, nos Estados Unidos registou-se um aumento em termos homólogos de 2,7% do PIB, ficando acima do ritmo de crescimento registado ao longo de 2017, o que reflete a manutenção do crescimento do consumo privado e das condições monetárias e financeiras favoráveis, bem como da aceleração da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e das exportações, não esquecendo a melhoria continuada da situação no mercado de trabalho. Para a área do euro, como já referido, a atividade económica registou um abrandamento face ao crescimento forte registado em

2017, ainda assim mantendo um crescimento robusto (2,3% em termos homólogos, face a 2,8% no segundo semestre de 2017). No Reino Unido, o PIB aumentou 1,2% em termos homólogos, mas ficou abaixo do crescimento registado no segundo semestre de 2017 (1,5%). Em termos anuais, o Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê um crescimento do PIB mundial de 3,7%.

A expansão da atividade foi acompanhada de um aumento moderado da inflação total, impulsionada pelo aumento dos preços de energia nos primeiros seis meses do ano, com comportamentos diferenciados entre as maiores economias. Nas economias avançadas, a inflação core (excluindo produtos alimentares e energéticos) continuou abaixo dos objetivos dos bancos centrais. Na área do euro, para a primeira metade de 2018 a inflação aumentou face ao final de 2017, depois de alguma irregularidade nos primeiros meses do ano. Já nas economias emergentes, excluindo a hiperinflação da Venezuela, a inflação core permaneceu abaixo da média dos últimos anos.

Segundo dados do FMI, a taxa de variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) excluindo bens alimentares e energéticos situou-se em torno dos 1,0% durante o primeiro semestre de 2018, superando os níveis particularmente baixos registados em 2014 e 2015. Para o conjunto do ano, prevê-se um aumento da inflação, tanto nas economias avançadas - onde se prevê uma taxa de 2,0%, comparando com 1,7% no ano anterior - como nas emergentes e em desenvolvimento (excluindo a Venezuela) - de 4,3% para 5,0% -, refletindo os recentes aumentos nos preços dos bens. Para a área do euro, o BCE prevê que a inflação homóloga medida pelo IHPC se situe nos 1,8% em 2018.

Em relação às transações económicas, num contexto de desaceleração da atividade global e de tensões comerciais associadas a anúncios de políticas protecionistas, a taxa de crescimento do comércio mundial de bens desacelerou para os 4,4% no primeiro semestre de 2018, comparando com os 5,2% registados no segundo semestre de 2017, ainda assim continuando num ritmo de crescimento sólido. Quanto às importações, verificou-se também um abrandamento nas economias avançadas.

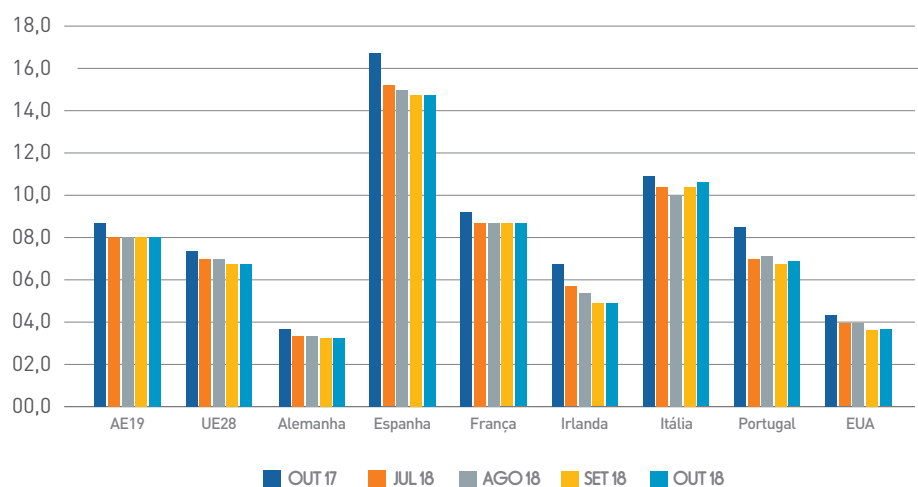
Na Europa, tanto as exportações como as importações desaceleraram na área do euro e no Reino Unido. Ainda assim, para a área do euro registou-se um crescimento do consumo privado ao longo do primeiro semestre de 2018, apesar de ligeiramente inferior ao verificado em 2017, continuando a ser suportado pelas condições financeiras favoráveis e pela melhoria do mercado de trabalho. Já no Reino Unido, ficou ligeiramente abaixo do registado em 2017, situando-se nos 1,1%. No mesmo período, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) registou um crescimento de 2,4% na área do euro, em termos homólogos, representando, ainda assim, uma desaceleração face aos 2,9% registados no segundo semestre de 2017. Também a procura interna manteve um crescimento robusto, em

particular a FBCF. Quanto à procura externa, o BCE prevê que esta se situe nos 4,3% em 2018. No Reino Unido, verificou-se um abrandamento notório da FBCF no primeiro semestre de 2018, de 3,3% para 1,1%, em grande parte devido aos elevados níveis de incerteza dos investidores empresariais, no seguimento das dificuldades ao nível das negociações referentes à saída da União Europeia. Em relação às administrações públicas, o BCE estima que o défice orçamental da área do euro tenha diminuído significativamente em 2018, espelhando as condições cíclicas favoráveis e a descida dos pagamentos de juros.

Em relação às economias emergentes, continuou a registar-se uma expansão económica idêntica à de 2017, apesar da taxa de crescimento ter sido mais diversificada entre as maiores economias, tendo-se registado um crescimento forte na China e na Índia, mas uma desaceleração no Brasil e na Turquia, tendo o aumento do preço do petróleo impulsionado o crescimento nas economias exportadoras de petróleo na África Subsariana e no Médio Oriente.

Quanto ao emprego, na área do euro continuou a registar-se um aumento, tendo-se situado cerca de 2,0% acima do nível mais alto atingido antes da crise, segundo dados do Banco de Portugal. O número de cidadãos empregados aumentou 0,3% no último trimestre de 2018, segundo dados do Eurostat, o que representa um aumento de 1,2% em termos homólogos. Quanto à taxa de desemprego, segundo dados do BCE, no terceiro trimestre de 2018 verificou-se uma descida para os 8,1%, atingindo o nível mais baixo observado desde finais de 2008. Apesar destes resultados, alguns países da área do euro ainda apresentam uma taxa de desemprego elevada, em alguns casos acima dos valores registados há dez anos. Nos Estados Unidos registaram-se as taxas de desemprego mais baixas desde 2000, verificando-se um aumento salarial mais moderado do que em 2017, refletindo, em parte, os níveis mais baixos de produtividade devidos às tensões comerciais, nomeadamente com a China.

Percentagem Total Desemprego Ajustado à Sazonalidade (Eurostat)



Quanto ao petróleo, este apresentou alguma volatilidade ao longo de 2018, tendo o preço do Brent, nos primeiros nove meses do ano, apresentado uma tendência ascendente, atingindo cerca de 86 USD/barril, resultante do prolongamento dos cortes na produção acordados entre os países da OPEP, do colapso da produção na Venezuela e das expectativas de redução das exportações do Irão. Por outro lado, a reunião dos países produtores de petróleo que teve lugar no final de junho fez alterar esta trajetória, tendo sido acordado o aumento da produção de petróleo, o que levou a uma baixa do preço do barril para 71 dólares. Nos últimos meses do ano, verificou-se um significativo crescimento da produção nos EUA, o que levou a uma queda de mais de 20% no preço do petróleo durante o mês de outubro, situando-se perto dos 67 USD/barril, um valor mais próximo dos registados no início do ano.

Em relação aos mercados financeiros, ao longo do primeiro semestre de 2018 registaram-se diversos picos de volatilidade, relacionados com a aplicação de medidas protecionistas dos EUA, bem como à instabilidade política em alguns países da área do euro. Quanto aos principais índices acionistas, registaram-se valores muito diferenciados desde finais de 2017, destacando-se a valorização do índice norte-americano e o desempenho muito negativo do índice chinês, sendo que na área do euro e no Japão também se notou uma queda, apesar de mais contida.

No mercado obrigacionista, as condições nos mercados de obrigações soberanas permaneceram estáveis no último trimestre de 2018, à exceção do mercado italiano, devido à incerteza política envolta nesse país. Quanto às taxas de juro da dívida pública, observou-se uma subida nos EUA e no Reino Unido, sendo que na área do euro registou-se uma maior volatilidade. As yields a longo prazo e os spreads soberanos cresceram genericamente, tendo, em meados de setembro, a yield a 10 anos do Tesouro dos EUA subido para cerca de 3,0%, enquanto que as yields alemãs desceram para 0,45%, e as do Reino Unido permanecido nos 1,5%, segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI).

No mercado cambial, no primeiro semestre de 2018, registou-se uma tendência de apreciação das moedas das economias avançadas, especialmente do dólar norte-americano – que desde fevereiro tem-se fortalecido em 6,5% em termos efetivos, segundo dados do FMI -, e de depreciação das moedas das economias emergentes, excluindo a China, pelo menos até ao final de junho onde, devido às tensões comerciais com os EUA, começou a registar-se uma depreciação da moeda chinesa. Em relação ao euro, nos últimos meses verificou-se um enfraquecimento de cerca de 1% em termos nominais, registando uma depreciação de 1,7% no último trimestre de 2018, devido à depreciação contra o yen japonês e da libra, tendo-se também registado uma depreciação face ao renminbi da China (1,7%), ao real do Brasil (15,5%) e ao rublo da Rússia (5,3%), segundo dados da Comissão Europeia e do BCE. Ainda assim, desde novembro que o euro conseguiu manter-se estável em relação ao dólar americano.

Assim, e tendo por base dados do BCE, a cotação EUR/USD no início de 2018 situava-se nos 1,2065, tendo apresentado um perfil ascendente até meados de abril, registando-se de seguida uma queda até meados de agosto, onde chegou a atingir os 1,137, começando depois a apresentar uma maior volatilidade até ao final do ano, tendo fechado com 1,145. O perfil foi idêntico quanto à cotação EUR/CHF, mas com uma maior volatilidade, tendo começado nos 1,1718, atingindo o valor máximo de 1,1986 no final de abril e o valor mínimo de 1,1275 em setembro, terminando o ano nos 1,1269. Quanto à libra esterlina, verificou-se uma elevada volatilidade ao longo do ano, apesar das taxas cambiais iniciais e finais face ao EUR não terem praticamente sofrido alteração (0,88953 e 0,89453, respetivamente). Em relação ao iene, verificou-se uma trajetória descendente ao longo do ano, tendo começando em 135,35 e terminando com 125,85.

2.2

a nível nacional

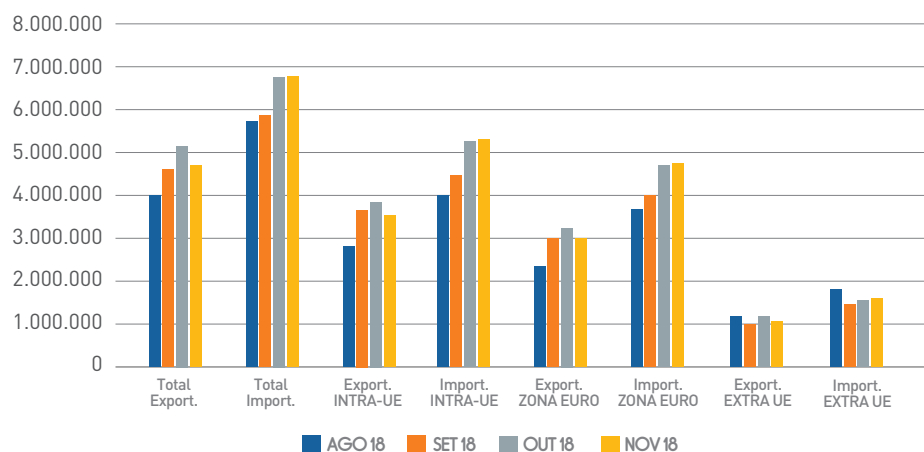
Os mais recentes dados disponibilizados pelo Banco de Portugal apontam para uma continuação da expansão económica em 2018, embora a um ritmo mais moderado e inferior ao observado em 2017, influenciado por uma procura externa menos dinâmica, notando-se, contudo, um enquadramento externo favorável à economia portuguesa. Durante o primeiro semestre de 2018, registou-se um crescimento do PIB de 2,3% em termos homólogos, 0,2% abaixo do registado no segundo semestre de 2017. Para o conjunto do ano, as projeções do Banco de Portugal encontram-se alinhadas com as da Comissão Europeia, prevendo um crescimento do PIB de 2,1%.

Este ritmo mais moderado de crescimento da atividade económica influenciou as exportações e a FBCF, que desaceleraram no primeiro semestre de 2018. Esta última reduziu para 4,0% no primeiro semestre de 2018, em comparação com os 7,7% registados no segundo semestre de 2017, em grande parte devido ao 7,7% registados no segundo semestre de 2017, em grande parte devido ao segmento da construção, com o crescimento muito forte do investimento em obras públicas verificado em 2017. Em relação às exportações, cresceram 6,0% no mesmo período, após um aumento de 6,7% no segundo semestre de 2017. Este menor crescimento resulta da conjugação de uma ligeira aceleração do crescimento das exportações de bens, em particular no setor automóvel, com uma desaceleração das exportações de serviços, principalmente no tocante ao turismo, tendo os exportadores portugueses de bens e serviços continuado a ganhar quota nos mercados externos, apesar do ganho ter sido inferior ao verificado no ano de 2017. Quanto às importações, verificou-se uma desaceleração, passando de um crescimento de 7,9% no segundo semestre de 2017 para 6,4% no primeiro semestre de 2018, tanto na componente de bens como de serviços, apesar de mais acentuada no segundo caso.

A evolução das exportações portuguesas encontra-se em linha com a desaceleração da procura externa, que cresceu apenas 3,4% em termos homólogos no primeiro semestre de 2018, abaixo dos 4,9% registados na segunda metade de 2017, refletindo o abrandamento das importações intra-área do euro. Por outro lado, registou-se uma ligeira aceleração do consumo privado tendo, no mesmo período, crescido 2,5% em termos homólogos, refletindo o crescimento do rendimento disponível real das famílias e os níveis historicamente elevados da confiança dos consumidores.

No primeiro semestre de 2018, o VAB registou um crescimento em termos reais de 1,8% face ao período homólogo que, tal como em anos anteriores, foi inferior ao crescimento do PIB, refletindo o abrandamento do crescimento dos impostos líquidos de subsídios. Em relação à inflação, a taxa média foi de 1,2% em 2018, segundo dados da Comissão Europeia, mostrando alguma volatilidade ao longo do ano, representando uma diminuição de 0,5% em relação a 2017, associada sobretudo ao comportamento dos preços dos serviços.

Evolução Comércio Internacional (INE) - Valores Mensais (10³ EUR)



Em relação à balança corrente de capital, segundo o Banco de Portugal, a mesma registou um défice de 1,7% do PIB, superior em 0,8% em relação ao período homólogo, essencialmente devido ao aumento do défice da balança de bens – de 5,8% do PIB no primeiro semestre de 2017 para 6,7% no primeiro semestre de 2018, refletindo o crescimento em volume mais forte das importações do que das exportações – e da balança de rendimento primário, cujo défice aumentou 0,4% nos mesmos períodos, situando-se nos 3,7%. De frisar também, em sentido oposto, o aumento do excedente da balança de serviços, também em 0,4%, ficando em 6,7% do PIB.

Em termos da balança financeira, Portugal continuou a ser recetor líquido de fundos, tal como ocorreu no primeiro semestre de 2017. No primeiro semestre de 2018, esta balança ficou caracterizada por uma alteração do perfil dos setores institucionais que investiram e se financiaram no exterior, sendo que as sociedades não financeiras reduziram o seu financiamento externo, enquanto que as administrações públicas obtiveram um financiamento externo marginalmente positivo. A estabilidade das condições de financiamento dos bancos tem sido acompanhada de uma aceleração do crédito bancário, num quadro em que as taxas de juro estão em níveis historicamente baixos.

A capacidade de financiamento da economia portuguesa foi de 0,7% do PIB no primeiro semestre de 2018, registando uma diminuição de 0,4% face a 2017, refletindo o aumento do investimento e a redução da poupança em rácio do PIB. Ainda assim, o endividamento da economia portuguesa face ao exterior mantém-se em níveis muito elevados, tanto em termos históricos como em comparação a outros países da área do euro. Em novembro, a dívida pública voltou a registar um novo máximo histórico, superando já os 251 mil milhões de euros. Apesar do aumento nominal, continuou a registar-se uma dinâmica descendente da dívida pública em rácio do PIB, tendo-se situado nos 124,9% no final do primeiro semestre de 2018, o que representa uma quase estabilização face ao final de 2017 (124,8%), devido à conjugação de um excedente primário com uma taxa de juro do stock da dívida inferior ao crescimento nominal da economia, ainda assim permanecendo uma das mais elevadas da área do euro. Esta é uma área fundamental para a economia portuguesa, uma vez que os elevados níveis de endividamento continuam a ser uma das suas principais vulnerabilidades.

Segundo dados do INE, o défice das administrações públicas situou-se em 1,9% na primeira metade de 2018 o que, em comparação com o período homólogo, corresponde a uma redução de 4,2%. A receita corrente registou um crescimento de 3,1% no primeiro semestre, resultado do forte crescimento da receita de impostos sobre a produção e importação e das contribuições sociais efetivas, que mais do que compensaram a queda registada na coleta dos impostos sobre o rendimento e o património - tendo registado uma diminuição homóloga de 1,5%, em parte explicada pelo diferente perfil de pagamento de reembolsos em sede de IRS e do diferimento do prazo do pagamento da autoliquidação do IRC, -, destacando o aumento de 4,0% da receita de IVA, influenciada pelas alterações na cobrança do IVA sobre as importações extra-UE. Já o crescimento das rubricas de capital, ficaram aquém das estimativas para o conjunto do ano (6,3% que compara com 28,7%), podendo estar associado a uma execução de fundos comunitários abaixo do previsto.

Por fim, em relação aos mercados de dívida soberana, a taxa de juro média dos leilões de Bilhetes do Tesouro, no que respeita às emissões de curto prazo, situou-se em -0,35% em 2018, o que compara com os -0,25% de 2017. Já nas taxas de colocação a longo prazo, na maturidade de 9-10 anos, a taxa média dos leilões foi de 1,8%, menos 1,2% do que em 2017.

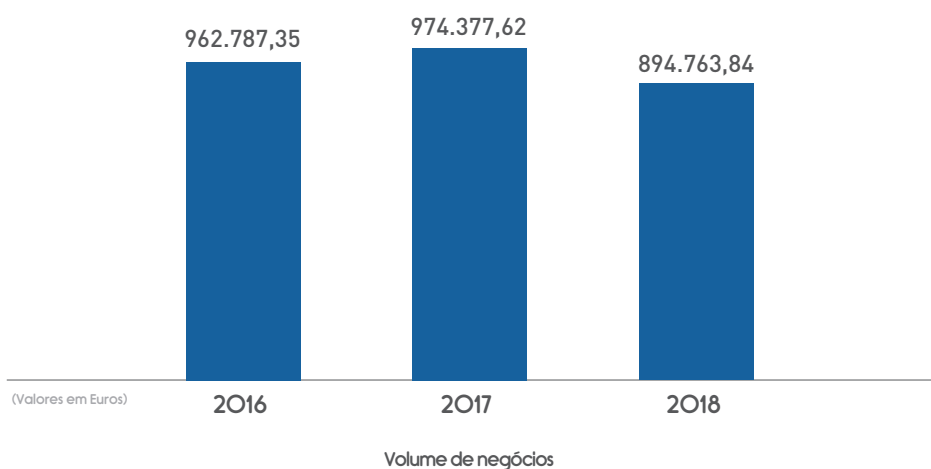
Quanto ao mercado de trabalho, a recuperação da atividade produtiva contribuiu para a sua melhoria, registando-se um crescimento robusto do emprego e uma queda acentuada da taxa de desemprego. Em relação ao primeiro, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, registou-se um crescimento de 2,8% em termos homólogos no primeiro semestre de 2018, ainda assim traduzindo uma desaceleração de 0,5% face ao segundo semestre de 2017. Apesar desta desaceleração, continuou a exceder o crescimento da atividade. Quanto à taxa de desemprego, situou-se nos 7,0% em 2018, tendo diminuído 1,9% relativamente a 2017, tendo-se registado no segundo trimestre de 2018 o valor mais baixo desde o segundo trimestre de 2004. Já o número de desempregados, em 2018 diminuiu 20,9% em relação ao ano anterior, o que poderá contribuir para um maior crescimento dos salários. Contudo, devido ao cenário de evolução demográfica adversa, com uma tendência de redução da população residente e respetivo envelhecimento, o crescimento da população ativa tem abrandado, tendo-se registado em 2018, em termos de média anual, um aumento de apenas 0,3% face a 2017, o que compara com um crescimento de 0,8% no conjunto deste último.

3. Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2018 os resultados espelham uma evolução negativa da atividade desenvolvida pela empresa. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de €894.763,84, representando uma variação de (8,17)% relativamente ao ano anterior.

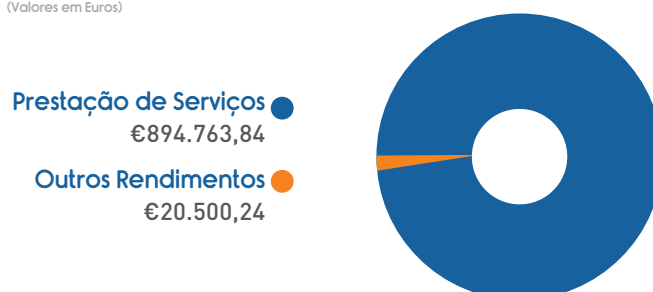
A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura, são apresentadas nos gráficos seguintes:

Evolução Vendas e Prestações de Serviços



Estrutura de Rendimentos

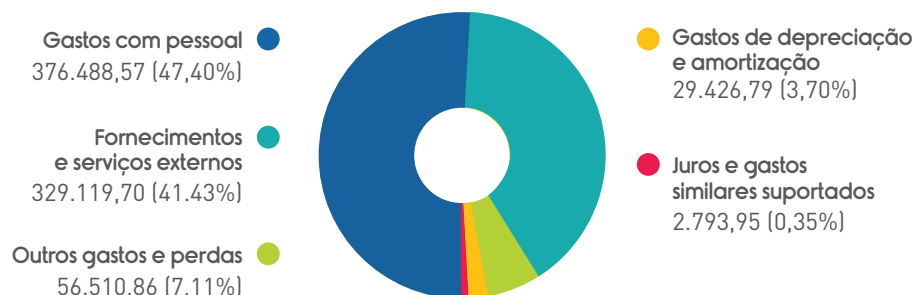
(Valores em Euros)



Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

Estrutura de Gastos 2018

(Valores em Euros)



No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

Estrutura de Rendimentos

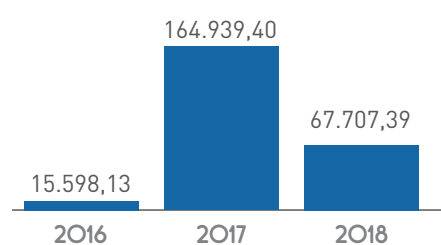
(Valores em Euros)

RUBRICAS	2018	2017	2016
Gastos com Pessoal	376.488,57	386.012,93	480.883,42
N.º Médio de Pessoas	10	12	17
GASTO MÉDIO POR PESSOA	37.648,86	32.167,74	28.287,26

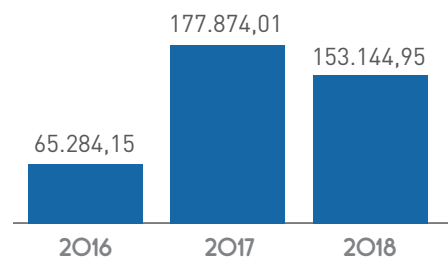
Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.

Resultado Líquido

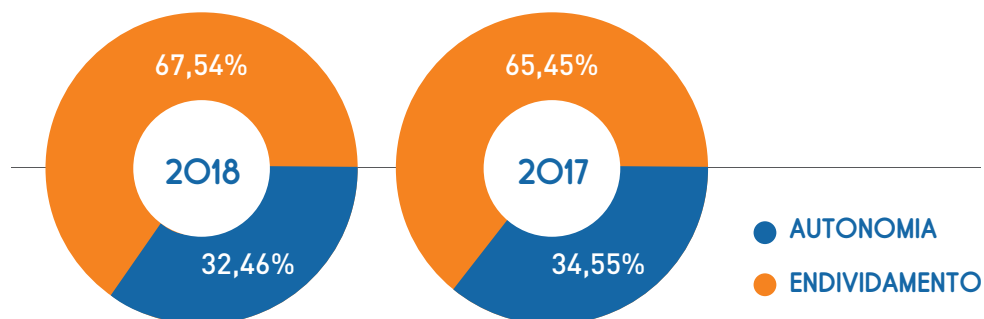
(Valores em Euros)



EBITDA



Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

Estrutura do Balanço

RUBRICAS	2018		2017	
Ativo não corrente	707.723,85	60%	93.347,35	10%
Ativo corrente	471.132,67	40%	818.164,19	90%
Total ativo	1.178.856,52		911.511,54	
	2018		2017	
Capital próprio	382.667,09	32%	314.959,70	35%
Passivo não corrente	262.228,00	22%	31.713,16	3%
Passivo corrente	533.961,43	45%	564.838,68	62%
Total Capital Próprio e Passivo	1.178.856,52		911.511,54	

(Valores em Euros)

4. Proposta de Aplicação dos Resultados

A mse - corretores e consultores de seguros, s.a. no período económico findo em 31 de dezembro de 2018 realizou um resultado líquido de €67.707,39, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

Aplicação dos Resultados	2018
Reservas Legais	3.386,00
Resultados Transitados	64.321,39

(Valores em Euros)

5. Expetativas futuras

5.1

Cenário macroeconómico

Num contexto de maturação do ciclo económico, as projeções macroeconómicas do BCE apontam para uma recuperação do crescimento no curto prazo, refletindo a melhoria das condições no mercado de trabalho, balanços mais robustos e uma diminuição gradual dos estímulos de política monetária e orçamental nas principais economias avançadas – nomeadamente nos EUA – bem como da desaceleração da economia chinesa. Tanto para 2019 como para 2020, o FMI prevê que o crescimento global se mantenha nos 3,6% e, posteriormente, deverá diminuir 1% até 2023.

Nas economias avançadas, o crescimento deverá descer para os 2,1% em 2019. Mais concretamente, para os Estados Unidos, é expectável que o crescimento decresça em 2019 e 2020, devido às recentes medidas de comércio anunciadas, bem como ao abrandamento do estímulo fiscal. Também para a área euro e para o Reino Unido é projetável um decréscimo em 2019, sendo que para o primeiro o BCE projeta uma descida do PIB real anual para 1,7% em 2019 e 2020, e 1,5% em 2021, estando relacionado sobretudo com o enfraquecimento gradual do comércio mundial, pela crescente escassez da oferta de mão de obra em alguns países, e pelas condições financeiras ligeiramente menos favoráveis. Quanto ao Reino Unido, a sua política monetária deverá manter-se flexível, em resposta às alterações das condições associadas às negociações do Brexit. Durante os próximos cinco anos, a dívida pública deverá diminuir em grande parte das maiores economias, projetando-se também um crescimento robusto do investimento, em cerca de 5,5%, segundo dados do FMI. Investir em infraestruturas físicas e digitais poderá fomentar o crescimento nas economias avançadas.

Já nas economias emergentes, o crescimento deverá manter-se nos 4,7% até 2019, refletindo o fortalecimento da atividade das economias exportadoras de bens, sendo projetável um crescimento nos países exportadores de petróleo, mas espera-se um decréscimo em economias como a Argentina, Brasil, Irão e Turquia, entre outros, refletindo as condições financeiras mais restritivas e as tensões geopolíticas. Também se prevê uma descida de 0,3% no crescimento das economias emergentes da Ásia, em grande parte devido às medidas comerciais recentemente anunciadas, sendo, ainda assim, expectável que a sua expansão se mantenha.

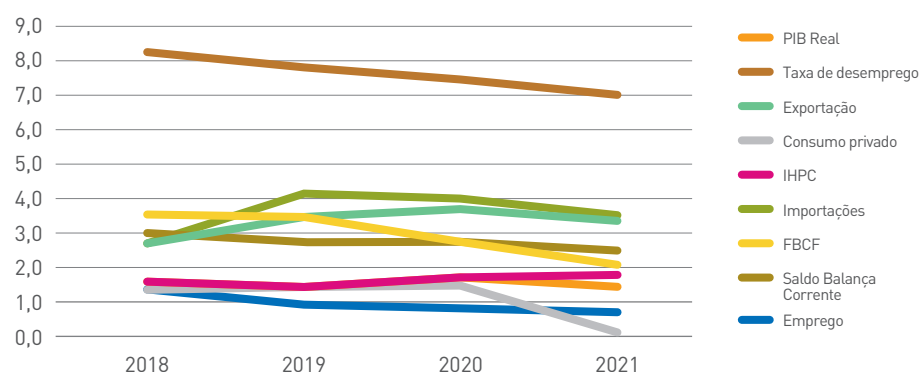
Em relação à taxa de desemprego, segundo o BCE, é espectável que esta desça para 7,1% em 2021, continuando a registar-se uma diminuição do número de desempregados, aproximando-se dos níveis mínimos anteriores à crise financeira, projetando-se também um aumento da remuneração por trabalhador, prevendo-se situar nos 2,7% em 2021. Ainda assim, o crescimento do emprego, entre 2019 e 2020, deverá abrandar substancialmente, devido sobretudo ao aumento da escassez de oferta de mão de obra em alguns países.

A expansão da população ativa deverá manter-se, apesar de mais moderada, refletindo os valores líquidos relativos à imigração de trabalhadores e à integração de refugiados. Contudo, espera-se também que estes valores sofram gradualmente com o impacto do envelhecimento da população, que continuará a ser superior à entrada de jovens no mercado de trabalho. Estima-se que até 2035 nos países de baixo rendimento, o número de pessoas a chegar à idade laboral exceda as do resto do mundo em conjunto. Criar novos empregos que absorvam estas novas entradas será vital para o bem-estar social e político.

Quanto à inflação, na área do euro prevê-se uma diminuição da inflação dos preços dos produtos energéticos e dos preços dos futuros do petróleo bruto, sendo que a inflação homóloga medida pelo IHPC deverá situar-se nos 1,6%, aumentando 1% nos anos seguintes, até 2021. Para os EUA, espera-se que a inflação se situe em torno dos 2,1% até 2020, segundo estimativas do Federal Open Market Committee, um valor ligeiramente acima do objetivo de política monetária da Reserva Federal. No Reino Unido, segundo dados do Banco de Portugal, as projeções são para uma taxa de 2,0%, refletindo o desaparecimento gradual do impacto da depreciação passada da libra que influenciou a evolução da inflação durante o ano de 2017, e a acumulação gradual de pressões internas sobre os preços e os efeitos de alterações de impostos e tarifas de alguns produtos e serviços implementados ao longo deste ano.

Em relação às exportações, o seu crescimento irá atenuar-se em 2019, devido à desaceleração da procura externa. O consumo privado deverá manter-se resiliente, apoiado por condições de financiamento bancário favoráveis. O fornecimento global de petróleo deverá aumentar gradualmente no curto prazo, o que fará baixar os preços do petróleo situando-se, em termos médios anuais, em cerca de 66USD/barril. No médio prazo, espera-se que o aumento nos preços dos produtos se dissipe, incluindo os preços do petróleo, que se deverão situar nos 60USD/barril em 2023.

Projeções macroeconómicas para a área do Euro (BCE)



Quanto às administrações públicas, a melhoria global das perspetivas orçamentais é impulsionada, para além da evolução cíclica favorável, pelos pagamentos de juros mais baixos. Para a área do euro, em termos da projeção orçamental, após uma diminuição significativa em 2018, o BCE prevê um ligeiro aumento durante o corrente ano. Até 2021, o rácio do défice das administrações públicas deverá cair de 1,0% do PIB em 2017 para 0,6%, diminuição que também se espera ocorrer quanto ao rácio agregado da dívida pública, de 86,8% do PIB para 79,0% nos mesmos períodos, continuando, ainda assim, a exceder o valor de referência de 60% do PIB em vários países.

Já no médio prazo, o FMI projeta um abrandamento do crescimento global, sendo expectável um enfraquecimento das condições financeiras, devido à normalização das políticas monetárias. Nos EUA, deverá ser implementado um plano para reverter o aumento da dívida pública, acompanhado de medidas fiscais que impulsionem gradualmente a sua capacidade doméstica, de forma a assegurar uma maior sustentabilidade económica. Na área do euro, o BCE prevê uma continuação da expansão económica, com a diminuição das taxas de juro - implicando uma melhoria das condições de financiamento -, bem como da restritividade da política orçamental, do crescimento do consumo privado e do investimento. Esta expansão irá contribuir para um aumento das exportações e da procura externa. Contudo, existe um risco associado ao ajustamento abrupto nos mercados da dívida soberana, que poderá levar a tensões nos mercados financeiros e, consequentemente, a uma deterioração das condições de financiamento. Uma intensificação dos conflitos no Médio Oriente e em África poderá impulsionar os fluxos migratórios para a Europa, potencialmente aprofundando as divisões políticas.

Quanto às economias emergentes, as mesmas devem estar preparadas para um ambiente de maior volatilidade, no seguimento de alguns riscos verificados, bem como o esperado aumento das taxas de juro das economias avançadas. Muitos destes países continuam a lutar contra desafios não económicos, como o aumento das temperaturas, desastres naturais e conflitos internos. Muitos dos países de baixo rendimento continuam a enfrentar riscos substanciais, nomeadamente derivados do enfraquecimento das condições financeiras a nível global e da intensificação das tensões comerciais.

Neste sentido, estes países devem tentar tirar proveito do atual ambiente de recuperação do crescimento global. O ambiente de contínua expansão oferece uma janela de oportunidades para políticas e reformas avançadas que possam estender este mesmo ambiente e melhorar o crescimento a médio prazo, enquanto se criam proteções para a próxima recessão, reforçando a resiliência a um meio onde as condições financeiras podem-se restringir de forma imprevisível. Neste sentido, muitas das economias emergentes devem adotar reformas fiscais para garantir a sustentabilidade das suas finanças públicas.

Em resumo, políticas fiscais inclusivas, investimento na educação e garantir o

acesso à saúde são uma prioridade, com o intuito de reduzir a desigualdade, sendo também de elevada importância políticas que encorajem a inovação tecnológica e que promovam a participação das forças de trabalho, especialmente a inclusão económica de mulheres e jovens. A interdependência económica é maior do que nunca – através do comércio, finanças, migração e impactos ambientais, por exemplo – e isso torna a cooperação em áreas comuns igualmente importante, incluindo para as economias avançadas. Os países precisam de trabalhar em conjunto, lidando com desafios que se estendem para lá das suas fronteiras, de forma a reduzir os custos comerciais, bem como reforçar a cibersegurança, combater a corrupção e mitigar as alterações climáticas.

5.2

Cenário Interno

Segundo o Banco de Portugal, a economia portuguesa enfrenta importantes desafios, como sendo a evolução demográfica - devido à redução da população e ao seu envelhecimento -, o aumento dos níveis de capital por trabalhador e a necessidade de criar um enquadramento conducente a um maior crescimento do investimento, tanto em qualidade como em quantidade, uma vez que durante o recente período recessivo registou-se uma queda acentuada do investimento em Portugal.

No médio e longo prazo, Portugal continuará a enfrentar alguns constrangimentos ao crescimento, nomeadamente no respeitante ao investimento, apesar dos progressos realizados nos últimos anos no tocante ao funcionamento dos mercados e à redução do endividamento dos diversos setores da economia. No entanto, no curto prazo e num cenário de subutilização de recursos produtivos, é possível que a atividade económica possa crescer a um ritmo superior ao do produto potencial sem gerar pressões inflacionistas.

Até 2021, no alinhamento das projeções para a área do euro, a economia portuguesa também deverá continuar com a trajetória de crescimento da atividade, embora verificando alguma desaceleração, ligada à fase de maturação do ciclo económico. Neste sentido, o PIB deverá situar-se nos 1,8% em 2019, e descer 1% em cada ano do horizonte de projeção, estimando-se um crescimento médio anual entre os 3,5% e os 4%, em comparação com os 7,8% registados em 2017. Para este ritmo menos positivo contribuirá a desaceleração das exportações, bem como o aumento das importações, que deverão em 2020 ter uma variação próxima de 5%. Por outro lado, o aumento do turismo poderá contribuir positivamente para o crescimento económico, apesar de apresentar um perfil de desaceleração, prevendo-se que este seja superior à procura externa, que deverá permanecer estável ao longo do horizonte de projeção, aproximando-se do ritmo previsto para o comércio mundial. No final deste intervalo temporal, as exportações em termos reais deverão atingir um crescimento de cerca de 70% face ao nível observado antes da crise financeira, contribuindo em 50% para o valor do PIB desse ano.

Ainda no curto prazo, a economia portuguesa deverá manter a sua capacidade líquida de financiamento face ao exterior, à semelhança do observado desde 2012, medida pelo saldo conjunto da balança corrente e de capital, que deverá permanecer estável ao longo do horizonte de projeção, situando-se nos 1,3% até 2020, idêntico à média verificada em 2017, aumentando para 1,6% em 2021.

Até 2020, irá sentir-se uma redução do défice da balança de rendimento primário, refletindo o perfil projetado para os juros da dívida pública - cuja taxa de juro implícita permanecerá ligeiramente abaixo dos 3% no horizonte 2019-2020 - e, por outro lado, o aumento do saldo da balança de capital, em grande parte devido à evolução dos recebimentos de fundos comunitários, o que se traduzirá numa alteração da composição do saldo das balanças correntes e de capital, uma vez que a redução do saldo da balança de bens e serviços será compensada pela evolução das balanças de rendimento primário e de capital.

Esta taxa de juro implícita da dívida pública aponta para uma desaceleração do investimento público, que irá pesar na FBCF, a qual deverá manter uma elasticidade face ao PIB superior à média histórica, esperando-se uma desaceleração de 6,6% em 2019 para 4,9% em 2021, essencialmente devido ao investimento empresarial que, até ao final do horizonte de projeção, deverá ultrapassar o nível registado no início da crise financeira em 2008. Este dinamismo irá ter um peso importante no PIB em 2021 (de 14,3%).

Em relação ao emprego, após ter-se verificado um crescimento muito dinâmico em 2017, estima-se que este continue com essa trajetória, mas de forma menos acentuada. Também na taxa de desemprego se verificará uma continuação da trajetória descendente, apesar de num ritmo mais moderado do que o verificado nos últimos 3 anos, devendo atingir os 5,3% em 2021. Estes resultados irão dever-se essencialmente à evolução positiva do emprego no setor privado, uma vez que se projeta uma desaceleração do emprego público. Devido ao aumento do salário mínimo em 2018, irá verificar-se, no curto prazo, uma aceleração dos salários e dinamização do emprego, esperando que se retomem aos valores médios históricos ao longo de 2019-2021. No longo prazo, o capital humano deverá permanecer como um fator potencial do crescimento, devendo notar-se um ligeiro aumento da população ativa ao longo do horizonte de projeção, para o qual contribui o gradual aumento da idade da reforma e a continuação do aumento da participação feminina no mercado de trabalho, que também contribuirá para o aumento da produtividade, fator crucial para um maior crescimento da economia portuguesa.

Voltando ao horizonte de projeção 2019-2021, o aumento dos custos salariais, bem como das margens de lucro, levarão a um ligeiro aumento da inflação, que deverá apresentar um perfil moderadamente ascendente, situando-se em média nos 1,5% (medida pela taxa de variação do IHPC). Ainda assim, esta

deverá manter-se abaixo dos valores projetados para a área do euro. Este aumento dos custos salariais, provocará também uma variação positiva no consumo que, ainda assim, deverá registar uma desaceleração até 2021, devido essencialmente ao abrandamento da componente de bens não duradouros, em linha com a evolução do rendimento real disponível.

Por fim, na origem dos principais riscos às atuais projeções encontra-se o enquadramento externo, sendo o aprofundamento de mecanismos que permitam uma coordenação macroeconómica mais eficaz, uma partilha eficiente do risco e uma maior resiliência a choques desfavoráveis, essencial para garantir a estabilidade macroeconómica e as condições para o crescimento económico no futuro.

5.3

Evolução previsível da sociedade

Ao efectuar a análise do sexto exercício completo da actividade da mse corretores e consultores de seguros, sa, permitimo-nos congratular-nos pelo desempenho positivo da sociedade.

O encerramento de alguns dos primeiros exercícios com resultados negativos, os quais resultaram da tomada de decisões já esmiuçadas por diversas vezes em vários documentos, e que não fará sentido aqui repetir, traduziu-se numa aprendizagem ao nível da gestão da sociedade.

Neste âmbito e com o objectivo indispensável e imperioso de reverter a situação, foram tomadas diversas medidas rigorosas no controlo e gestão da sociedade, as quais aplicadas com rigor permitiram criar uma situação de estabilidade económica sustentável, a qual se traduzir na inversão dos resultados.

Assim, sendo o exercício de 2018, o terceiro ano a apresentar resultados positivos crescentes, a administração da sociedade está convicta da eficácia e da pertinência das medidas de rigor adoptadas no momento correcto.

As metas e objectivos que de modo consistente têm vindo a cimentar os alicerces da sociedade, bem como a permitir o seu desenvolvimento e alargamento aos diferentes nichos do mercado, onde já se encontra, e outros que pretende atingir no futuro muito próximo, mantêm-se válidas e constituem a base de trabalho que permitirá à mse seguros prosseguir o seu rumo empresarial no sentido da estabilização e consolidação da sociedade.

O protocolo assinado em 2013 com o parceiro segurador Lusitania, o qual deu origem ao produto “Mais Táxi”, mantém-se em vigor, constituindo uma parcela importante das receitas da sociedade. No entanto, e apesar da sua contribuição positiva para os resultados positivos da mse, registou-se um decréscimo, óbvio, na comercialização deste produto.

Aliás, como tem sido relatado desde o seu lançamento no mercado, o produto

“Mais Táxi” constituiu uma inovação e abalou as estruturas de uma indústria estagnada à época. Por esse motivo e de acordo com as regras salutar da concorrência, apareceram no mercado novas alternativas para a indústria do táxi, que se traduziram numa redução da receita oriunda deste segmento de mercado.

Por outro lado, a rentabilidade técnica do produto junto do nosso parceiro Lusitania Seguros foi abalada face aos índices de sinistralidade, o que, naturalmente, correspondeu a um incremento nos preços.

Sendo este um produto de massa e direccionado para um sector de actividade com características muito particulares, os concorrentes da mse no mercado nacional viram uma janela de oportunidade, para tentar obter um novo posicionamento no segmento em questão.

No entanto, e não obstante as razões apresentadas, a mse mantém-se numa posição cimeira neste segmento.

De novo, como não poderia deixar de ser, todos os segmentos de mercado que constituíam a carteira de negócios da mse não foram descurados. Pelo contrário, os segmentos explorados foram cimentados e a posição da empresa foi reforçada com novas angariações de actividades distintas das existentes em carteira.

Aliás, uma receita final superior a €894.763,84 espelha bem essa realidade.

Em resumo, no que à análise do exercício de 2018 diz respeito, a Administração está plenamente convicta da necessidade constante de manutenção de uma atuação rigorosa no controlo de custos e na procura constante de novas angariações, que proporcionem o incremento das correspondentes receitas.

Acresce que uma equipa de recursos humanos motivada, reforçada com profissionais de elevada competência permite uma Melhoria dos índices de produtividade por colaborador.

Realizando um breve balanço da actividade comercial, conclui-se que se registou um decréscimo de cerca de 17% na receita cobrada e no número de apólices, o que ainda assim, face às medidas de reestruturação implementadas, permitiu atingir um resultado de exploração positivo.

Do mesmo modo, neste sentido de recuperação e incremento dos resultados operacionais antes de impostos de €120.924,21 também em consonância com os últimos exercícios.

Finalmente, o resultado líquido do exercício de €67.707,39, corresponde, igualmente a uma importante e indispensável melhoria, o qual expressa o resultado do esforço e medidas implementadas.

.....

**mse exercício
de 2019:**

Para o exercício de 2019, mantemos como objectivos prioritários elevar os níveis de qualidade de serviço, reiterando os valores de transparência nos processos, rigor e profissionalismo junto de Clientes e Parceiros.

Em termos de estratégia comercial, o ano irá arrancar com a exploração e incrementação dos chamados novos negócios já iniciados em 2018.

Do mesmo modo estão já a ser estabelecidos novos acordos de comercialização com um parceiro segurador de referência no mercado nacional, com vista a obter condições especiais e competitivas direccionadas para uma actividade económica, que reputamos de extremamente positiva e com grande potencial de desenvolvimento.

Manteremos, o enfoque no segmento das marcas de luxo, chegando a este nicho com propostas de valor e abordagens diferenciadoras.

Continuaremos a desenvolver as nossas perspectivas com o objectivo de complementar o segmento de Corporate, existindo já contactos que se espera constituam um incremento significativo da carteira da mse no exercício de 2019.

A reestruturação do nosso site, que o tornou mais dinâmico, apelativo e friendly user direccionado para o Cliente particular ou empresarial, objectivo estabelecido para 2018 e concretizado, tem constituído uma plataforma de contacto e maior aproximação ao cliente, sendo o incremento da utilização desta poderosa ferramenta mais um objectivo a atingir em 2019.

Ao nível interno, a mse pretende elevar os níveis de confiança dos colaboradores entre si, junto de Parceiros de Negócio e, sobretudo, junto dos Clientes. A formação e correspondente partilha de conhecimentos são chaves indispensáveis de uma estrutura empresarial que se pretende robusta e capaz de alcançar objectivos cada vez mais ambiciosos e abrangentes.

Atitude, profissionalismo, ambição, responsabilização e vontade de alcançar mais e melhor mantêm-se como parâmetros de liderança do espírito da equipa da mse face aos objectivos e estratégia definidos para o próximo ano e, naturalmente, subsequentes.

A Administração da mse seguros está convicta de que o exercício de 2019 irá constituir um marco de consolidação de resultados e incremento do posicionamento da mse no mercado.

A Administração da mse reitera o seu compromisso de diariamente conduzir a sociedade com o máximo rigor comercial e financeiro, aportando valor aos accionistas e competitividade aos seus Clientes.

Cumpramos finalmente deixar uma palavra de agradecimento aos nossos Clientes e seguradores por um lado, e aos nossos accionistas, parceiros e colaboradores por outro, pois sem a sua confiança, compromisso, profissionalismo e rigor, não teria sido viável alcançar os objectivos que nos propusemos e que estão espelhados no encerramento do ano de 2018.

6. Outras informações

A mse - corretores e consultores de seguros, s.a. não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás a entidade não é detentora de quotas ou ações próprias.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2018.

Não foram realizados negócios entre a sociedade e os seus administradores. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

7. Considerações finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da MSE - Corretores e Consultores de Seguros, S.A..

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

Lisboa, 14 de Maio de 2019

RELATÓRIO E CONTAS

18

Notas

às demonstrações financeiras

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Identificação da entidade

1.1 Dados de identificação

mse - corretores e consultores de seguros, s.a.

Sede social: Av. Conde de Valbom, n.º1 A

Natureza da atividade:

Outras Atividades Auxiliares de Seguros e Fundos de Pensões

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas “Credores por acréscimos de gastos”.

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras

- Compensação

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum activo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de Dezembro de 2018 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2017.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a funcional e de apresentação.

- Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de activos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de activos fixos tangíveis.

Os activos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de “activos fixos tangíveis” e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não forem depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 17% sobre a matéria colectável até 15.000 euros, e à taxa de 21% na parte que exceda aquela quantia. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

- Caixa e depósitos bancários

Este item rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os activos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados de acordo com a NCRF 9 - Locações, reconhecendo o activo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para esta tipo de activo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do activo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

4. Fluxos de caixa

4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Foram considerados em Depósitos Bancários só os saldos devedores.

DESCRIÇÃO	SALDO INICIAL	DÉBITOS	CRÉDITOS	SALDO FINAL
Caixa	3.235,73	2.006,72		5.242,45
Depósitos à ordem	88.064,41		18.888,68	69.175,73
Outros depósitos bancários				
TOTAL	91.300,14	2.006,72	18.888,68	74.418,18

(Valores em Euros)

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

5.1 Resumo dos efeitos das alterações de políticas e estimativas contabilísticas bem como da deteção de erros nos períodos anterior, corrente e futuros.

- Não houve critérios de valorimetria que pudessem de algum modo afectar o resultado do ponto de vista fiscal.
- As amortizações não foram superiores às adequadas.
- O pagamento dos impostos sobre lucros é efectuado com base em declarações de autoliquidação que ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos contados a partir do ano a que respeitam efectivamente.

6. Partes relacionadas

6.1 Identificação das partes relacionadas

A mse - corretores e consultores de seguros, s.a. é participada pela Sociedade JONUVI - Participações e Consultoria, S.A., NIF: 510274803, com sede na Avenida da República, n.º6 - 7ºEsq, em Lisboa e também é participada pela MSE Imobiliária S. A., NIF 502864605, com sede na Av. Conde de Valbom, n.º1 A, em Lisboa.

Os saldos existentes à data do encerramento do presente exercício com as entidades relacionadas é o seguinte:

Jonuvi - Valor a receber no montante de €41.714,14;

MSE Imobiliária - Valor a receber no montante de €12.326,75.

7. Ativos intangíveis

7.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis

7.1.1 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Os activos intangíveis na empresa dizem respeito a aquisição de software.

DESCRIÇÃO	TRESPASSE	PROJETOS EM DESENV.	PROG. DE COMPUTADOR	PROP. INDUSTRIAL	OUTR. ATIVOS INTANGÍVEIS	ATIVOS INT. EM CURSO	ADANTAM. AT. INTANGÍVEIS	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período			4.914,28					4.914,28
Amortizações acumuladas totais no fim do período			4.914,28					4.914,28
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período								
Valor líquido no fim do período								
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início			4.914,28					4.914,28
Amortizações acumuladas			4.914,28					4.914,28
Saldo no início do período								
Variações do período								
Total de aumentos								
Amortizações do período								
Total diminuições								
SALDO NO FINAL DO PERÍODO								

(Valores em Euros)

8. Ativos fixos tangíveis

8.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

8.1.1 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

No exercício de 2017 a Sociedade regularizou a verba de Ativos Fixos Tangíveis no montante de € 140.000,00, em virtude da decisão desfavorável ao processo judicial pendente em 2016.

DESCRIÇÃO	TERRENOS E REC. NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONST.	EQUIP. BÁSICO	EQUIP. TRANSP	EQUIP. ADMINIST.	EQUIP. BIO.	OUTROS AFT	AFT EM CURSO	ADIANT. AFT	TOTAL
Valor bruto no início		27.303,98	55.547,70	154.809,26	12.429,88		6.260,70			256.351,52
Depreciações acumuladas		273,04	30.523,86	118.490,90	12.429,88		2.183,25			163.900,93
Saldo no início do período		27.030,94	25.023,84	36.318,36			4.077,45			92.450,59
Variações do período		(5.187,76)	(5.554,77)	77.869,14			(510,76)			66.615,85
Total de aumentos				98.500,00						98.500,00
Aquisições em primeira mão				98.500,00						98.500,00
Total diminuições		2.730,40	5.554,77	20.630,86			510,76			29.426,79
Depreciações do período		2.730,40	5.554,77	20.630,86			510,76			29.426,79
Outras transferências		(2.457,36)								(2.457,36)
Saldo no fim do período		21.843,18	19.469,07	114.187,50			3.566,69			159.066,44
Valor bruto no fim do período		27.303,98	55.547,70	186.809,26	12.429,88		6.260,70			288.351,52
Depreciações acumuladas no fim do período		5.460,80	36.078,63	72.621,76	12.429,88		2.694,01			129.285,08

(Valores em Euros)

9. Locações

9.1 Locações financeiras – locatários

Em 31 de dezembro de 2017, a empresa utilizava os seguintes tipos de bens adquiridos em locação financeira:

Nº CONTRATO	LOCADORA	BEM LOCADO	VALOR	OPÇÃO DE COMPRA E OUTROS DETALHES
124048	Mercedes-Benz	Viatura Mercedes	108.000,00	
8401057991	Peugeot Finance	Viatura Peugeot	30.224,74	
8401058001	Peugeot Finance	Viatura Peugeot	17.084,52	
103112	Mercedes-Benz	Viatura Mercedes	31.500,00	

(Valores em Euros)

9.2 Resumo das locações de acordo com o quadro seguinte e outras informações

DESCRIÇÃO	ATIVOS INTANGÍVEIS	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	PROPRIEDADES DE INVESTIM.	TOTAL	LOCAÇÕES OPER.
Valor Bruto		208.809,30		208.809,30	
Depreciações/Amortizações acumuladas		106.832,99		106.832,99	
Saldo no fim do período		101.976,31		101.976,31	
Total dos futuros pagamentos mínimos		101.976,31		101.976,31	
Até um ano		11.706,07		11.706,07	
De um a cinco anos		90.270,24		90.270,24	
Mais de cinco anos					
Valor atual do total dos futuros pag. mínimos					
Até um ano					
De um a cinco anos					
Mais de cinco anos					

(Valores em Euros)

10. Impostos e contribuições

10.1 Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de imposto sobre o rendimento:

DESCRIÇÃO	VALOR PERÍODO	VALOR PERÍODO ANTERIOR
Resultado antes de impostos do período	120.924,21	150.402,92
Imposto corrente	53.216,82	46.540,05
Imposto diferido		
Imposto sobre o rendimento do período	53.216,82	46.540,05
Tributações autónomas	16.465,13	13.633,56
Taxa efetiva de imposto	44,00	30,94

(Valores em Euros)

10.2 Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

DESCRIÇÃO	SALDO DEVEDOR	SALDO CREDOR	SALDO DEVEDOR PERÍODO ANTERIOR	SALDO CREDOR PERÍODO ANTERIOR
Impostos	26.097,00	53.216,82	7.549,58	45.463,52
Pagamentos por conta	26.097,00		7.549,58	
Pagamentos normais	26.097,00		4.944,00	
Pagamentos especiais			2.605,58	
Imposto estimado		53.216,82		45.463,52
Retenção de imposto sobre rendimentos		8.986,10		13.275,93
Contribuições para a Seg. Social		9.205,71		8.345,10
TOTAL	26.097,00	71.408,63	7.549,58	67.084,55

(Valores em Euros)

11. Instrumentos financeiros

11.1 Categorias de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

DESCRIÇÃO	MENSURADOS AO JUSTO VALOR	MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO	MENSURADOS AO CUSTO	IMPARIDADE ACUMULADA	RECONHECI- MENTO INICIAL
Ativos financeiros:			937.104,34		
Outras contas a receber			935.704,34		
Ativos financeiros detidos para negociação			1.400,00		
Passivos financeiros:			750.877,80		
Fornecedores			41.620,81		
Financiamentos obtidos			316.717,16		
Outras contas a pagar			392.539,83		
Ganhos e perdas líquidos:					
Rendimentos e gastos de juros:			(2.793,95)		
De passivos financeiros			(2.793,95)		

(Valores em Euros)

11.2 Quantias e descrição de outros instrumentos de capital próprio emitidos e a respetiva quantia acumulada à data do balanço.

No exercício de 2013 foi deliberado proceder a Prestações Suplementares de Capital no valor de €160.000,00, de forma a dar cumprimento ao Art.º 35 do Código das Sociedades Comerciais.

O capital próprio da sociedade à data de 31.12.2016 ascendia ao valor negativo de €152.149,64, não dando cumprimento ao estipulado no artº 35º do CSC. Esta desconformidade (do capital próprio não poder ser inferior a menos de metade do capital social no valor de €50.000,00) foi corrigida, conforme deliberado pela Administração através da entrada de um novo acionista e a realização de um aumento de capital de €180.000,00, operação a formalizar na Assembleia Geral de aprovação de contas do ano de 2016.

11.3 Variações nos Capitais Próprios

No exercício de 2017 a Sociedade procedeu a correcções das contas das Seguradoras tendo como base as contas efetivas apresentadas pelas mesmas, originando na contabilidade uma Variação Patrimonial positiva no montante de €322.164,94, assim como procedeu também à correcção do valor existente Ativo Fixo Tangível em Curso no montante de 140 mil euros, para o qual tinha intentado uma ação judicial que entretanto foi decidida desfavoravelmente à Sociedade, representando esta correcção uma Variação Patrimonial negativa.

As correcções identificadas tiveram por contrapartida a rubrica de Resultados Transitados, visto terem sido consideradas como um erro, tal como definido na NCRF 4.

Como resultado destas correcções, o Total do Capital próprio variou positivamente no montante de €182.164,94.

12. Divulgações exigidas por diplomas legais

12.1 Informação por atividade económica

DESCRIÇÃO	ACTIVIDADE CAE ¹	TOTAL
Vendas		
Prestações de serviços	894.763,84	894.763,84
Fornecimentos e serviços externos	329.119,70	329.119,70
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		
Número médio de pessoas ao serviço	10	10
Gastos com o pessoal	376.488,57	376.488,57
Remunerações	300.445,99	300.445,99
Outros gastos	76.042,58	76.042,58
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	159.066,44	159.066,44
Total das aquisições	98.500,00	98.500,00
Propriedades de investimento		

12.2 Outras Contas a Receber

DESIGNAÇÃO	VALOR PERÍODO	VALOR PERÍODO ANTERIOR	DESIGNAÇÃO	VALOR PERÍODO	VALOR PERÍODO ANTERIOR
01	0,00	303.520,05	29	0,00	37.515,70
02	0,00	3.388,22	30	0,00	76.275,91
03	41.714,14	40.484,14	31	50.000,00	50.000,00
04	0,00	23.763,19	32	1.718,65	18.411,00
05	0,00	18.306,51	33	0,00	744,30
06	0,00	1.110,88	34	17.300,40	7.120,93
07	0,00	8.830,50	35	0,00	50,36
08	0,00	2.000,00	36	708,59	82,39
09	12.326,75	8.534,75	37	0,00	442,40
10	0,00	1.332,83	38	0,00	801,14
11	0,00	27.600,00	39	0,00	1.893,17
12	0,00	1.393,38	40	5.205,44	5.303,37
13	0,00	5.439,76	41	0,00	1.023,43
14	0,00	830,00	42	508,26	415,19
15	0,00	13.240,05	43	0,00	1.537,50
16	0,00	14.283,02	44	0,00	2.103,00
17	136,15	0,00	45	547.785,63	0,00
18	0,00	5.749,03	46	2.141,19	0,00
19	39.622,33	0,00	47	19,51	0,00
20	692,95	296,53	48	1.320,56	0,00
21	737,86	17.281,88	49	4.323,45	0,00
22	0,00	454,40	50	1.801,94	0,00
23	1.265,34	1.228,24	51	576,67	0,00
24	0,00	1.663,24	52	325,35	0,00
25	3.953,49	1.801,91	53	198.475,77	0,00
26	2.830,81	2.660,41	54	196,08	0,00
27	17,03	4.598,37			
28	0,00	3.082,62	TOTAL	935.704,34	716.593,70

(Valores em Euros)

12.3 Outras Contas a Pagar

NOME	VALOR PERÍODO	VALOR PERÍODO ANTERIOR
Remunerações a Pagar	36.732,86	55.333,04
Electricidade	589,00	0,00
Telefone	3.020,94	0,00
Sindicatos	62,46	82,70
Zurich	0,00	5.725,41
Império Bonança	52.379,28	137.983,34
Lusitania	235.380,78	195.323,42
Tranquilidade	0,00	0,00
Mapfre	0,00	4.449,67
Ocidental	0,00	0,00
UnlimitedCare	0,00	579,23
Recibos	0,00	9.742,33
AIG	0,00	617,68
Chartis	0,00	397,16
SF	0,00	2.000,00
Generali	0,00	18.495,35
Best D.	0,00	1.023,43
Franquias	573,37	3,87
Aguas	434,34	0,00
Outros	285,94	0,00
Fidelidade	51.638,86	0,00
ERV	1.225,40	0,00
Generali Vida	9.676,46	0,00
Seguros	540,14	0,00
TOTAL	392.539,83	441.563,71

(Valores em Euros)

12.4 Outros Gastos e Perdas

NOME	2018	2017
Impostos	19.271,72	15.615,66
Correções relativas a exercícios anteriores	32.199,18	21.200,21
Insuficiência estimativa para impostos	1.233,53	
Outros não especificados	3.806,43	16.392,92

(Valores em Euros)

12.5 Pessoal ao Serviço da Empresa e Horas Trabalhadas

DESCRIÇÃO	Nº médio de pessoas	Nº de horas trabalhadas	Nº médio de pessoas período ant.	Nº horas trabalhadas período ant.
Pessoas ao Serviço da Empresa	11	17.388,00	12	18.641,00
Pessoas remuneradas	11	17.388,00	12	18.641,00
Pessoas não remuneradas				
Pessoas ao Serv. da Empr. p/tempo horário	11	17.388,00	12	18.641,00
Pessoas a tempo completo	10	16.100,00	12	18.641,00
(dos quais pessoas remuneradas)	10	16.100,00	12	18.641,00
Pessoas a tempo parcial	1	1.288,00		
(dos quais pessoas remuneradas)	1	1.288,00		
Pessoas ao Serv. da Empresa p/sexo	11	17.388,00	12	18.641,00
Masculino	4	6.440,00	4	6.300,00
Feminino	7	10.948,00	8	12.341,00
Pessoas ao Serv. da Emp. afetas a I&D				
Prestação de serviços				
Pessoas colocadas p/agência de trabalho temporário				

12.6 Benefícios dos Empregados e Encargos da Entidade

DESCRIÇÃO	VALOR PERÍODO	VALOR PERÍODO ANTERIOR
Gastos com o pessoal	376.488,57	386.012,93
Remunerações dos órgãos sociais	101.625,53	74.000,00
Remunerações do pessoal	198.820,46	230.104,80
Indemnizações	0,00	5.285,89
Encargos sobre as remunerações	70.451,81	71.435,66
Seguros de acidentes no trabalho e doença profissional	857,55	2.876,64
Outros gastos com o pessoal	4.733,22	2.309,94

(Valores em Euros)

12.7 Fornecimentos e Serviços Externos

DESCRIÇÃO	VALOR PERÍODO	VALOR PERÍODO ANTERIOR
Serviços especializados	101.147,45	118.883,93
Trabalhos especializados	22.987,72	27.419,89
Publicidade e propaganda	5.536,93	7.975,50
Vigilância e segurança	2.216,98	1.973,80
Honorários	58.649,00	66.676,13
Conservação e reparação	3.820,81	8.851,24
Outros	7.936,01	5.987,37
Materiais	34.915,14	17.254,18
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	6.100,94	1.085,61
Livros e documentação técnica	10,00	497,00
Material de escritório	10.898,67	9.793,17
Artigos para oferta	17.905,53	5.878,40
Energias e fluídos	19.143,69	19.149,72
Electricidade	8.339,62	8.934,99
Combustíveis	7.710,14	8.308,17
Água	3.081,59	1.906,56
Outros	12,34	0,00
Deslocações, estadas e transportes	34.708,09	34.084,39
Deslocações e estadas	27.399,85	30.191,29
Transportes de pessoal	2.494,04	3.330,13
Transportes de mercadoria	4.814,20	562,97
Serviços diversos	139.205,33	168.570,11
Rendas e alugueres	58.280,28	89.370,80
Comunicação	20.227,76	31.783,92
Seguros	21.274,99	23.247,10
Contencioso e notariado	168,24	7.028,79
Despesas de representação	26.978,10	8.653,76
Limpeza, higiene e conforto	7.350,63	5.739,42
Outros serviços	4.925,33	2.746,32
TOTAL	329.119,70	357.942,33

(Valores em Euros)

13. Divulgações adicionais para as entidades de interesse público

13.1 Honorários totais faturados durante o período por cada revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas

Os Honorários do Revisor Oficial de Contas RSM & Associados, SROC. Lda., relativos ao exercício de 2018 foram de €1.230,00.

13.2 Impostos em Mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças e a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

13.3 Proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2018

Os resultados de 2018 no montante de € 67.707,39 , deverão ser aplicados em Reservas Legais € 3.386,00 e em Resultados Transitados a diferença, ou seja € 64.321,39, por forma a dar cumprimento à estratégia definida pela Administração relativa ao cumprimento do Art.º 35º do Código das Sociedades Comerciais.

Aplicação dos Resultados Transitados irá servir de base à consolidação da sociedade, através da sua utilização na implementação dos processos em desenvolvimento no sentido de cimentar as bases de sustentação que permitem e evolução da actividade da mse.

14. Prestação do Serviço de Mediação de Seguros ou de Resseguros

Efeitos do artigo 4º da Norma Regulamentar nº 15/2009-R, de 30 de Dez.

14.1 Prestação de Serviços de Mediação de Seguros ou de Resseguros para efeitos do artigo 4º da Norma Regulamentar nº 15/2009-R de 30 de Dez.

a) Políticas Contabilísticas adoptadas para reconhecimento das remunerações

A mse - corretores e consultores de seguros, s.a., reconhece a remuneração de acordo com as normas em vigor, sendo que, em particular e por regra, embora admita excepções no exercício da actividade de mediação de seguros, reconhece contabilisticamente o rendimento, aquando da prestação de contas às empresas de seguros.

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e tipo:

REMUNERAÇÕES POR NATUREZA	31-12-18	31-12-17
Numerário	894.764	974.378
Espécie	0	0
TOTAL:	894.764	974.378
REMUNERAÇÕES POR TIPO	31-12-18	31-12-17
Comissões	894.764	974.378
Honorários	0	0
Outras Remunerações	0	0
TOTAL:	894.764	974.378

(Valores em Euros)

c) Total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregados por Ramo "Vida" e "Não Vida", e por origem:

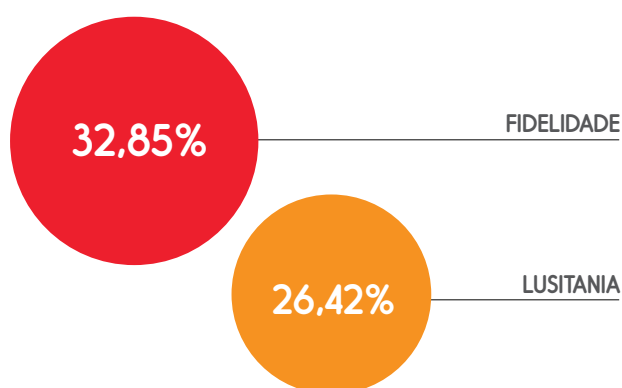
A desagregação foi a seguinte:

REMUNERAÇÕES POR RAMO	31-12-18	31-12-17
Não Vida	889.583	961.511
Vida	5.181	1.277
TOTAL:	894.764	974.378
REMUNERAÇÕES POR ORIGEM	31-12-17	31-12-17
Empresas de Seguros	894.764	974.378
Outros Mediadores	0	0
Clientes	0	0
TOTAL:	894.764	974.378

(Valores em Euros)

d) Níveis de concentração, iguais ou superiores a 25%, das remunerações auferidas pela carteira:

O total de remunerações, iguais ou superiores a 25%, apenas se verificou relativamente às seguintes empresas de seguros:



e) Contas a receber e a pagar desagregada por origem:

SALDO CONTABILÍSTICO EXISTENTE NO FINAL DO EXERCÍCIO POR ENTIDADE (ORIGEM)	31-12-18		31-12-17	
	CONTAS A RECEBER	CONTAS A PAGAR	CONTAS A RECEBER	CONTAS A PAGAR
Tomadores de Seguro, Segurados ou Beneficiários				
Empresas de seguros	81.197,35	350.874,65	77.252,75	384.147,97
Empresas de resseguros				
Outros	41.666,18	639.340,95	639.340,95	57.415,74
TOTAL	935.704,34	392.540,83	716.593,70	441.563,71

(Valores em Euros)

f) Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar:

SALDO CONTABILÍSTICO EXISTENTE NO FINAL DO EXERCÍCIO POR ENTIDADE (ORIGEM)	31-12-18		31-12-17	
	CONTAS A RECEBER	CONTAS A PAGAR	CONTAS A RECEBER	CONTAS A PAGAR
Por natureza				
TOTAL	935.704,34	392.540,83	716.593,70	441.563,71

(Valores em Euros)

	31-12-17		31-12-17	
	CONTAS A RECEBER	CONTAS A PAGAR	CONTAS A RECEBER	CONTAS A PAGAR
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro.	-	-	-	-
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro.	-	-	-	-
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de (res) seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários (ou empresas de seguros) no caso da actividade de mediação de resseguros.	-	-	-	-
Fundos em cobrança às empresas de seguros que respeitam a prémios de resseguro já transferidos pelas empresas de resseguro.	-	-	-	-
Remunerações respeitantes a prémios de seguros já cobrados e por cobrar.	81.197,35	350.874,65	77.252,75	384.147,97
Outras quantias	854.506,99	41.666,18	639.340,95	57.415,74

(Valores em Euros)

g) Garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito:

Sem aplicação durante este exercício.

h) Transmissões de carteiras de seguros:

Neste exercício não se efectuou nenhuma transmissão de carteira.

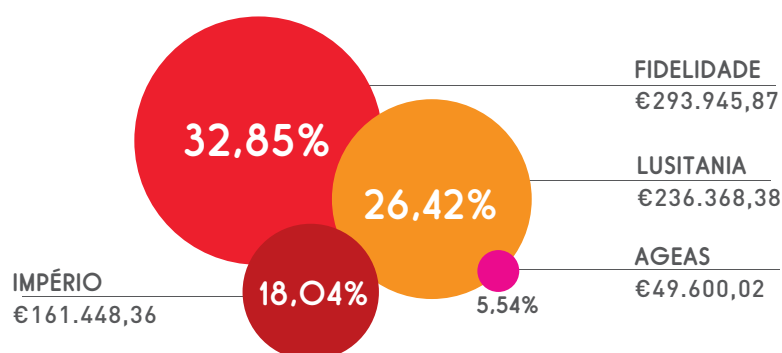
i) Contratos cessados com empresas e indemnizações de clientela

Sem aplicação durante este exercício:

j) Natureza de obrigações materiais, incluindo passivos contingentes

Sem aplicação durante este exercício:

k) Empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corretor de seguros representem, cada uma pelo menos 5% do total das remunerações:



l) Outras quantias com indicação da sua natureza

Não existem outras quantias a mencionar:

Balção (modelo normal) em 31/12/2018

RUBRICAS	NOTAS	2018	2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos e tangíveis	8	159.066,44	92.450,59
Outros investimentos financeiros		871,78	896,76
Créditos a receber	12	547.785,63	896,76
		707.723,85	93.347,35
Ativo corrente			
Outros créditos a receber	12	387.918,71	716.593,70
Diferimentos		7.385,78	10.270,35
Ativos financeiros detidos para negociação	11	1.400,00	
Caixa e depósitos bancários	4	74.418,18	91.300,14
		471.132,67	818.164,19
TOTAL DO ATIVO		1.178.856,52	911.511,54
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito		230.000,00	230.000,00
Outros instrumentos capital próprio	11	160.000,00	160.000,00
Reservas legais		19.929,38	14.682,41
Outras reservas		5.354,98	5.354,98
Resultados transitados	11	[103.652,09]	[203.344,52]
Excedentes de revalorização		3.327,43	3.327,43
Resultado líquido do período		67.707,39	104.939,40
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		382.667,09	314.959,70
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	9;12	262.228,00	31.713,16
		262.228,00	31.713,16
Passivo corrente			
Fornecedores	12	41.620,81	36.674,85
Estado e outros entes públicos	10	45.311,63	59.534,97
Financiamentos obtidos	9	54.489,16	27.065,15
Outras dívidas a pagar	12	392.539,83	441.563,71
		533.961,43	564.838,68
TOTAL DO PASSIVO		796.189,43	596.551,84
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		1.178.856,52	911.511,54

(Valores em Euros)

Demonstração dos resultados por Natureza (modelo normal) em 31/12/2018

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2018	2017
Vendas e serviços prestados	14	894.763,84	974.377,62
Fornecimentos e serviços externos	12	(329.119,70)	(357.942,33)
Gastos com o pessoal	12;13	(376.488,57)	(386.012,93)
Outros rendimentos		20.500,24	660,44
Outros gastos	12	(56.510,86)	(53.208,79)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		153.144,95	177.874,01
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7;8	(29.426,79)	(26.086,39)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		123.718,16	151.787,62
Juros e gastos similares suportados		(2.793,95)	(1.384,70)
Resultado antes de impostos		120.924,21	150.402,92
Imposto sobre o rendimento do período	10	(53.216,82)	(45.463,52)
Resultado líquido do período		67.707,39	104.939,40

(Valores em Euros)

Demonstração dos Fluxos de Caixa do período findo em 31/12/2018

	NOTAS	2018	2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes	11	894.763,84	974.377,62
Pagamentos a fornecedores	3	330.644,19	358.941,44
Pagamentos ao pessoal	12	379.914,44	384.051,10
Caixa gerada pelas operações		184.202,21	231.385,08
Pagamento/recebimento do imposto sobre o imposto	10	66.321,00	25.465,74
Outros recebimentos/pagamentos	11	(353.205,62)	(326.421,34)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(235.324,41)	(120.502,00)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamento respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	8	35.327,43	(109.621,02)
Investimentos financeiros	11	(24,98)	(489,74)
Recebimentos provenientes a:			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(35.302,45)	110.110,76
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes a:			
Pagamento respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	9	(257.938,85)	52.261,33
Juros e gastos similares	9	2.793,95	1.384,70
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		255.144,90	(53.646,03)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(15.481,96)	(64.037,27)
Caixa e seus equivalentes no início do período		91.300,14	155.337,41
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	75.818,18	91.300,14

(Valores em Euros)

Demonstração das alterações no Capital Próprio do período findo em 31/12/2018

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL SUBSCRITO	ACCÕES (QUOTAS PRÓPRIAS)	OUTROS INVESTIM. CAPITAL PRÓPRIO	PRÉMIOS DE EMISSÃO	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	AJUSTAMENTO SEM OUTRAS VARIACÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADIO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL	INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	6	230.000,00		160.000,00		14.682,41	5.354,98	[203.344,52]	3.327,43		104.939,40	314.959,70		314.959,70
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	7					5.246,97		99.692,43			[104.939,40]			
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8					5.246,97		99.692,43			[104.939,40]	67.707,39		67.707,39
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8										67.707,39	67.707,39		67.707,39
OPERACÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	10										67.707,39			
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2018	6+7+8+10	230.000,00		160.000,00		19.929,38	5.354,98	[103.652,09]	3.327,43		67.707,39	382.667,09		382.667,09

(Valores em Euros)

RSM & Associados – Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa (Sede)
T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt
Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto
T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de MSE – Corretores e Consultores de Seguros, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2018 (que evidencia um total de 1.178.857 euros e um total de capital próprio de 382.667 euros, incluindo um resultado líquido de 67.707 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de MSE – Corretores e Consultores de Seguros, S.A. em 31 de Dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 14 de Maio de 20

RSM & ASSOCIADOS – SROC, LDA
representada por Joaquim Patrício da Silva (ROC n.º 320)

RSM & Associados – Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa (Sede)

T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt

Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto

T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

- Exercício de 2018 -

Senhores Acionistas,

1. No cumprimento das disposições legais e do contrato da Sociedade, o Fiscal Único da «MSE – Corretores e Consultores de Seguros, S.A.», no exercício das suas competências, após ter procedido à análise do Balanço, da Demonstração dos Resultados e dos demais elementos de prestação de contas, preparados pela Administração, que acompanhavam o Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2018, vem apresentar o seu Relatório sobre a ação fiscalizadora desenvolvida e dar parecer sobre esses mesmos documentos de prestação de contas.
2. Em documento separado, na qualidade de Revisor Oficial de Contas, procedeu à elaboração da Certificação Legal das Contas, parecer que deve ser tomado como parte integrante deste Relatório.
3. No seu Relatório de Gestão a Administração refere a forma como se processou a atividade da Sociedade ao longo do exercício, devendo ser destacado:
 - As medidas tomadas no sentido de tornar a empresa mais competitiva no mercado de corretores de seguros,
 - A procura constante da angariação de novos clientes,
 - a diminuição verificada no volume de negócio de 8,2 face ao ano anterior;
 - o cash-flow gerado de 97 mil euros.
4. Face ao exposto, o Fiscal Único é de

PARECER

- a) que sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2018 apresentadas pela Administração;
- b) que seja aprovada a proposta de aplicação do Resultado Líquido do exercício, de 67.707,39 euros, apresentada pela Administração.

Lisboa, 14 de Maio de 2019

Joaquim Patrício da Silva

(ROC n.º 320)

em representação de

RSM & Associados – SROC, Lda

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, n.º 21

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD

AUDIT | TAX | CONSULTING

mse-seguros.pt

Av. Conde Valbom, n.º1 A
1050-066 Lisboa
+351 210 998 406
administrativo@mse-seguros.pt